

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. 13727-000.179/92-43

LAM

Sessão de 04 de julho de 1995

ACORDÃO NR. 101-88.607

Recurso nr.: 80.958 - PIS-REPIQUE - EX: 1988

Recorrente : VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO LTDA.

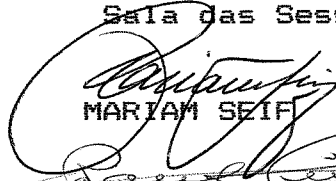
Recorrida : DRF EM VOLTA REDONDA - RJ.

PIS-REPIQUE - LANÇAMENTO REFLEXO - Tratando-se de tributação reflexa objetivando a cobrança da contribuição devida ao Programa de Integração Social deduzida do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, o julgamento do processo no qual foi exigido o tributo, tido como processo principal, faz coisa julgada no processo decorrente, ante a íntima relação de causa e efeito existente entre ambos.
Recurso parcialmente provido.

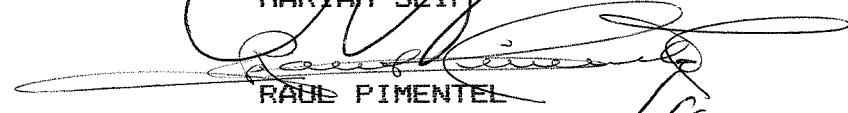
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO LTDA.:

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para ajustar a exigência ao decidido no processo principal, através do acórdão nr. 101-87.755, de 11/01/95, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 1995


MARIAM SEIF

- PRESIDENTE


RAUL PIMENTEL

- RELATOR

VISTO EM LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES
SESSÃO DE: 12 5 AGO 1995


- PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Processo nr. 13727/000.179/92-43

Acórdão nr. 101-88.607

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JEZER DE OLIVEIRA CANDIDO, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, KAZUKI SHIOBARA e CELSO ALVES FEITOSA.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. 13727/000.179/92-43

Recurso nr. 80.958

Acórdão nr. 101-88.607

Recorrente: VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO LTDA.

R E L A T Ó R I O

VIAÇÃO PROGRESSO E TURISMO LTDA., com sede em Tres Rios-RJ, recorre de Decisão prolatada pelo Delegado da Receita Federal em Volta Redonda-RJ, através da qual foi confirmado o lançamento da contribuição devida ao Programa de Integração Social calculada com base no Imposto de Renda - Pessoa Jurídica dos exercícios de 1988 (PIS/REPIQUE), com base no art. 3o. da Lei nr. 07/70, letra "a", parágrafo 2o., acrescida de encargos legais, efetuado em decorrência de lançamento ex officio instaurado contra a referida pessoa jurídica nos autos do processo nr. 13727-000.177/92-18, do qual este decorre.

2. O lançamento foi impugnado às fls. 08/14, tendo a interessada se reportado às razões apresentadas na defesa do processo principal.

3. A efeito do que ocorrera com o processo principal, a exigência foi parcialmente mantida, através da Decisão de fls. 123 fundamentado-se a autoridade a quo no princípio da decorrência, no qual o julgamento do processo matriz faz coisa julgada, no mesmo grau de jurisdição, no processo reflexo.

3. Segue-se às fls. 125/132 o tempestivo Recurso para este Colegiado, cujas razões são lidas em Plenário.

E o relatório.



PROCESSO NR. 13727/000.179/92-43

Acórdão nr. 101-88.607

V O T O

Conselheiro: RAUL PIMENTEL, Relator:

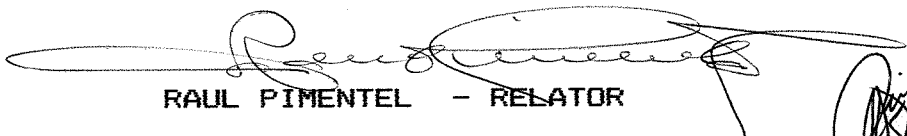
Examinando o Recurso nr. 106.686, interposto pela interessada nos autos do Processo nr. 13727-000.177/92-18, do qual este decorre, esta Câmara, através do Acórdão nr. 101-87.755, em Sessão de 11.01.95, por unanimidade de votos, deu-lhe provimento parcial para excluir da tributação a importância de Cz\$ 2.810.487,39, padrão monetário à época.

No caso, trata-se de contribuição devida ao Programa de Integração Social calculada com base no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (PIS/REPIQUE) exigido através daquele procedimento.

A jurisprudência do Colegiado cristalizou-se no sentido de que o julgamento do processo matriz faz coisa julgada no processo decorrente, no mesmo grau de jurisdição, por ter-se confirmado naquele o fato econômico causador da tributação reflexa.

Ante o exposto, dou provimento parcialmente ao recurso para ajustar a exigência ao que foi decidido no processo matriz, objeto do Acórdão nr. 101-87.755, de 11/01/95.

Brasília (DF), em 04 de julho de 1995


RAUL PIMENTEL - RELATOR

